PROJETO DE LEI Nº 18 /2013 DE 17 DE JANEIRO DE 2013.

CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, SC, SENHOR ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:  
  
Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.  
  
  
TÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS  
  
  
Art. 2º - Ficam assegurados à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 3º, Lei Federal 8.069/90).  
  
Art. 3º - A efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e dos Poderes Públicos em todos os níveis (art. 4º, Lei Federal 8.069/90).  
  
Art. 4º - A garantia de absoluta prioridade dos direitos da criança e do adolescente compreende:  
  
I - primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;  
  
II - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;  
  
III - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;  
  
IV - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (P. Único, art. 4º, Lei Federal 8.069/90).  
  
Art. 5º - As ações de promoção, controle e defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, no âmbito Municipal far-se-á através de:  
  
I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;  
  
II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;  
  
III - serviços especiais, nos termos desta Lei.  
  
Parágrafo Único - O município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.  
  
Art. 6º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:  
  
I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;  
  
II - Conselho Tutelar;  
  
III - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência.  
  
Art. 6ºA - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observado a composição paritária de seus membros nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal de nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990;  
  
§ 1º - Será o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituído por 16 (dezesseis) membros efetivos, com igual número de suplentes, representados paritariamente por instituições governamentais e não governamentais da seguinte forma:  
  
I - 08 (oito) instituições governamentais representadas pelos seguintes órgãos e entidades:  
  
a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;  
b) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;  
c) 01 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças;  
d) 01 (um) representante da Secretaria de Obras, Viação e Desenvolvimento Urbano;  
e) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;  
f) 01 (um) representante da Polícia Civil;  
g) 01 (um) representante da Polícia Militar;  
h) 01 (um) representante da Amurel.

II - 08 (oito) representantes de entidades não governamentais de atendimento direto, de defesa, de estudos e pesquisa e de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:  
  
a) 01 (um) representante da Associação de Pescadores - Sindipesca;  
b) 01 (um) representante de Associações Comunitárias organizadas;  
c) 03 (três) representantes das Associações de Moradores;  
d) 01 (um) representante da Pastoral da Criança;  
e) 03 (três) representantes de Clube de Mães;  
f) 01 (um) representante do Clube de Jovens;  
g) 01 (um) representante de Associação desportiva;  
h) 01 (um) representante do Clube de Serviço.   
  
§ 2º - Os Conselheiros representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva Pasta.  
  
§ 3º - Os representantes das entidades não governamentais de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente serão indicados por suas respectivas Diretorias e nomeados por ato de Chefe do Poder Executivo.  
  
§ 4º - A designação dos membros titulares do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.  
  
§ 5º - Os membros titulares do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a renovação apenas por uma vez e por igual período.  
  
§ 6º - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.  
  
§ 7º - A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.  
  
§ 8º - Em caso de extinção da entidade com representação do Conselho, o membro desta será indicado pela que vier a sucedê-la.  
  
§ 9º - A representatividade de entidades e/ou órgãos não governamentais poderá ser substituída desde que oficializado pelas mesmas.   
  
§ 10 - O Fundo para a Infância e Adolescência - FIA -, nos termos do artigo 88, inciso V da Lei Federal nº 8069/90, é destinado a captar e aplicar recursos destinados a suportar as despesas de ações governamentais e não governamentais relativas a desenvolvimento programas e serviços de assistência, prevenção e atendimento as crianças e aos adolescentes;   
  
§ 11 - Os recursos do Fundo para a Infância e Adolescência serão provenientes das seguintes fontes:  
  
a) auxílios, subvenções ou transferência dos Governos Federal e Estadual;  
b) transferência interfundos;  
c) dotação orçamentária do Município (específica dos Fundos Municipais);  
d) valores provenientes de multas decorrentes de condenação em ações cíveis ou de imposições de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8069/90;  
e) dotações de pessoas físicas e jurídicas a título de incentivo fiscal;  
f) receita de valores imobiliários;  
g) legados, doações, contribuições e outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas  
h) rendas eventuais,inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.   
  
§ 12 - O Fundo para Infância e Adolescência será administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.   
  
§ 13 - A Prefeitura Municipal manterá conta em instituição financeira oficial, sob título "Fundo Municipal para a Infância e Adolescência", que será movimentada pelo presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Secretário da Administração e Finanças do Município.   
  
§ 14 - A Secretaria de Administração e Finanças do Município manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo Municipal, obedecido ao previsto na Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, e fará a tomada de contas dos recursos aplicados.   
  
Art. 6º B - Compete ao Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente:  
  
I - formular a política municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;  
  
II - opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;  
  
III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;  
  
IV - elaborar seu regimento interno;  
  
V - solicitar a indicação para preenchimento de cargos de Conselheiro, nos casos de vacância e término de mandato;  
  
VI - nomear e dar posse aos membros do Conselho;  
  
VII - gerir o Fundo Municipal, alocando recursos para programas de entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não governamentais;  
  
VIII - propor modificações ligadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;  
  
IX - opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistencia social, saúde e educação, bem como ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;  
  
X - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;  
  
XI - proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativo de entidades governamentais e não governamentais na forma dos artigos 90 e 92 da Lei nº 8.069/90;  
  
XII - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiárias e demais receitas, aplicando necessariamente, percentual para o incentivo ao acolhimento, sob forma de guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação família;  
  
XIII - fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, observando os critérios estabelecidos no art. 28 e parágrafos desta Lei.

Art. 6º C - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.  
  
Parágrafo Único - Todas as secretarias do Município integram a Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.   
  
Art. 7º - O município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do art. 5º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,  
  
§ 1º Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:  
  
a) orientação e apoio sócio-familiar;  
b) apoio sócio-educativo em meio aberto;  
c) colocação familiar;  
d) abrigo;  
e) liberdade assistida;  
f) semi-liberdade;  
g) internação.

§ 2º Os serviços especiais visam:  
  
a) à prevenção e o atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;  
b) à identificação e a localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;  
c) à proteção jurídico-social.  
  
  
TÍTULO II  
DO CONSELHO TUTELAR  
  
CAPÍTULO I  
DA NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO:  
  
  
Art. 8º - Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, vinculado ao Gabinete do Prefeito, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 131, Lei Federal 8.069/90).  
  
Art. 9º - O Conselho Tutelar é composto de 3 (tres) membros escolhidos pela comunidade local. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 4º (quarto) mais votado, serão considerados suplentes (art. 132, Lei Federal 8.069/90).  
  
§ 1º - Sempre que necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.  
  
§ 2º - Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:  
  
I - licenças temporárias a que fazem jus os titulares, desde que excedam a 30 dias;  
  
II - vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.  
  
§ 3º - Aplicam-se às situações de licença e vacância, no que couberem, as normas de pessoal da Administração Pública Municipal.  
  
Art. 10 - O servidor público municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 20 horas semanais, ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto optar por sua remuneração.

Parágrafo Único - O tempo de serviço que prestar como Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.  
  
Art. 11 - O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 8h00min. (oito) às 18h00min (dezoito), e nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.  
  
§ 1º - O Poder Público Municipal garantirá a estrutura necessária ao seu funcionamento, como uma sede, mobiliário, equipamentos de informática, telefone (fixo e móvel), internet, fax, veículo, pessoal de apoio administrativo, além de outros que se fizerem necessárias.  
  
§ 2º - Será feita ampla divulgação do seu endereço físico e eletrônico e número de telefones.  
  
Art. 12 - A jornada de trabalho dos membros do Conselho Tutelar será de 8 (oito) horas diárias, num total de 40(quarenta) horas semanais.  
  
§ 1º - O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá a dinâmica de atendimento, tanto no horário normal quanto durante o plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem neles adotados.  
  
Art. 13 - O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, de reuniões de trabalho fora da sede do Conselho, e sua eventual presença em atos públicos.  
  
§ 1º - O Conselheiro Tutelar terá dedicação exclusiva, sendo lhe vedada qualquer outra atividade profissional pública ou privada.  
  
  
CAPÍTULO II  
DA REMUNERAÇÃO  
  
  
Art. 14 - A remuneração mensal do Conselheiro Tutelar ocupante do cargo eletivo, à partir de janeiro do ano de 2013, será no valor de R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), sendo reajustada nos mesmos índices e nas mesmas datas dos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público municipal.  
  
Art. 15 - O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos assegurados na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:  
  
I - gratificação natalina;  
  
II - férias anuais remuneradas com 1/3 a mais de salário;  
  
III - licença-gestante;  
  
IV - licença-paternidade;  
  
V - licença para tratamento de saúde;  
  
VI - inclusão no regime geral da Previdência Social.  
  
Parágrafo Único - Na hipótese de um Conselheiro Tutelar adotar criança ou adolescente, aplicar-se-ão as normas da Lei Federal 10.421, de 15.04.2002.  
  
Art. 16 - Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do seu município, participar de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do Conselho.  
  
  
CAPÍTULO III  
DAS ATRIBUIÇÕES E DOS DEVERES  
  
  
Art. 17 - Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:  
  
I - cumprir o disposto no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente;  
  
II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;  
  
III - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;  
  
IV - velar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência das suas ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente, da legislação municipal.

CAPÍTULO IV  
DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS  
  
  
Art. 18 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:  
  
I - reconhecida idoneidade moral;  
  
II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;  
  
III - residir no município há pelo menos 6 (seis) meses;  
  
IV - obter aprovação em teste escrito com questões objetivas e discursivas de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);  
  
V - estar em gozo de seus direitos políticos;  
  
VI - conclusão de curso superior nas áreas de Direito, Serviço Social, Pedagogia ou Psicologia, ou conclusão do ensino médio com comprovada experiência de no mínimo 2 (dois) anos em atividades voltadas à infância e juventude;  
  
Parágrafo Único - Ao candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar, o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá simultaneamente pedir seu afastamento deste Conselho.  
  
Art. 19 - Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos-eleitores do município, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.  
  
Art. 20 - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definir a forma de escolha e de registro das candidaturas, o prazo para impugnações, proclamar os resultados e dar posse aos escolhidos, tudo com ampla publicidade.  
  
  
CAPÍTULO V  
DO MANDATO  
  
  
  
Art. 21 - O mandato do Conselheiro Tutelar será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução (art. 132, Lei 8.069/90).  
  
Art. 22 - Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:  
  
I - receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;  
  
II - deixar de residir no município;  
  
III - for condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.  
  
Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO VI  
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR  
  
  
Art. 23 - O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão especialmente designada, formada por 1 (um) representante do Executivo Municipal, 1 (um) representante do Legislativo Municipal, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 1 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.  
  
§ 1º - Os representantes serão indicados, respectivamente:  
  
I - o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;  
  
II - o representante do Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores;  
  
III - o representante governamental do CMDCA, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não-governamental pela maioria dos conselheiros não-governamentais do referido Conselho;  
  
IV - o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.  
  
§ 2º - O representante do Executivo deverá ser advogado.  
  
Art. 24 - Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:  
  
I - exercer a função abusivamente em benefício próprio;  
  
II - romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;  
  
III - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;  
  
IV - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso;  
  
V - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável;  
  
VI - deixar de comparecer, reiterada e injustificadamente, ao seu horário de trabalho.  
  
Art. 25 - Conforme a gravidade do fato e das suas conseqüências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:  
  
I - repreensão;  
  
II - suspensão não remunerada de 1 (um) a 90 (noventa) dias;  
  
III - perda do mandato.  
  
Parágrafo Único - A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção de dias.  
  
Art. 26 - O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.  
  
§ 1º - Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.  
  
§ 2º - Se o indiciado não constituir advogado, ser-lhe-á designado defensor gratuito.  
  
Art. 27 - Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado.  
  
§ 1º - Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá. Em ambos os casos ser-lhe-á nomeado defensor gratuito.  
  
§ 2º - Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.  
  
Art. 28 - Após o interrogatório o indiciado será intimado do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).  
  
Art. 29 - Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.  
  
Parágrafo Único - O indiciado e seu defensor serão intimados das datas e horários das audiências, podendo se fazer presentes e participar.  
  
Art. 30 - Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado e seu defensor serão intimados do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.  
  
Parágrafo Único - Encerrado o prazo, a Comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao CMDCA a penalidade a ser aplicada.  
  
Art. 31 - A Plenária do CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros (metade mais um dos membros), decidirá o caso.  
  
§ 1º - Para aplicar a penalidade mais grave, que é a de perda da função pública de Conselheiro Tutelar, faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.  
  
§ 2º - Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.  
  
§ 3º - Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

TÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS  
  
  
Art. 32 - As despesas para manutenção e desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Tutelar, como encarregado pela sociedade de zelar pelos cumprimentos dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto, Lei Federal nº 8.069/90, correrão por conta de Lei Orçamentária Municipal Anual, projeto/atividade - Conselho Tutelar;  
  
Art. 33 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a contar da data da posse do próximo Conselho Tutelar.  
  
Art. 34 - Revogam-se as disposições em contrário,

PESCARIA BRAVA, SC, 17 de Janeiro de 2013.

Antônio Avelino Honorato Filho

Prefeito Municipal